



SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Experiência de extensão universitária em Serviço Social na Amazônia

Experience of University Extension in Social Work in the Amazon

**Maria do Perpétuo
Socorro Rodrigues
Chaves¹**

orcid.org/0000-0003-4289-2257
socorro.chaves@pq.cnpq.br

Recebido em: 13 maio 2022.

Aprovado em: 27 jan. 2023.

Publicado em: 26 abr. 2023.

Resumo: Este artigo relata a experiência de extensão universitária do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no "Programa Inter-Ação: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional", no meio urbano e junto a povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Os procedimentos metodológicos, baseados no Método Interação (modalidade de pesquisa-ação), abrangem um conjunto de técnicas e instrumentais de coleta de dados: observação participante, grupo focal, dinâmicas de abordagem grupal e outras. O resultado das ações de extensão permitiu: formar competências dinâmicas comprometidas em atuar pelo protagonismo social dos povos amazônidas; fortalecer as organizações dos grupos sociais; disponibilizar subsídios para instituições de políticas públicas com proposições coerentes com os interesses e necessidades dos grupos sociais da região.

Palavras-chave: povos e comunidades tradicionais; serviço social.

Abstract: This article reports the experience of university extension of the Interdisciplinary Group of Socio-environmental Studies and Development of Social Technologies, of the Federal University of Amazonas, in the "Inter-Action Program: sustainability practices aiming at regional development", in the urban environment and with the people and traditional communities in the Amazon. The methodological procedures, based on the Interaction Method (action-research modality), cover a set of data collection techniques and instruments: participant observation, focus group, dynamics of group approach, and others. The result of the extension actions allowed: to form dynamic competences committed to acting for the social protagonism of the Amazonian peoples; strengthen the organizations of social groups; provide subsidies for public policy institutions with propositions that are coherent with the interests and needs of social groups in the region.

Keywords: traditional peoples and communities; social work.

Introdução

A questão social, em suas mais variadas expressões, afeta a sociedade contemporânea com o agravamento da crise socioambiental, que em diversos debates é considerada como uma crise civilizatória. Os seus efeitos deletérios atingem países em todo planeta, as populações nos centros urbanos e no meio rural, todavia, os seus mais avassaladores impactos recaem sobre as populações empobrecidas e os povos tradicionais nos diversos quadrantes do mundo. O que (de)marca a estrutura societal contemporânea como a *sociedade do risco*. Assim, prevalece o reconhecimento de que as ameaças que *pairam* sobre todas as formas de vida na contemporaneidade são geradas pelo modo de produção



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.

hegemônico, que modela as relações sociais, sob o vínculo da desigualdade e da exploração desenfreada da força de trabalho e dos ecossistema da terra, além de buscar impor a homogeneização, por via da *subsunção real e formal* ao capital (MARX, 1978), às diferentes formas de organizações societárias que praticam os princípios de conservação dos recursos naturais e de cooperação e igualdade entre si.

Na sociedade capitalista, a relação dos homens/mulheres entre si e com a natureza é marcada pelas determinações gerais e particulares resultantes da contradição entre capital e trabalho, dos interesses inconciliáveis entre classes, fruto do processo de exploração do trabalho pelo modo de produção capitalista. No caso específico dos povos amazônidas, mediante o conjunto das imposições impostas pela expansão do circuito do mercado capitalista, de modo incessante envidam lutas e reivindicações históricas para manter suas formas de organização sociocultural e seus territórios tradicionais, visando alcançar a superação das condições de exclusão e obter o acesso a bens e serviços sociais, via ações afirmativas de cidadania que proporcionem a conquista de direitos.

O Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambiental e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM) atua, desde janeiro de 2001, na produção de estudos sobre a dinâmica socioambiental e organizacional junto às comunidades, movimentos sociais urbanos e rurais, com o propósito de construir subsídios para as políticas públicas na região. Desde sua criação, o Grupo Inter-Ação atuou em mais de 1 mil comunidades ribeirinhas, 54 municípios dos estados do Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia e além do Brasil, na Colômbia e Peru.

Dentre as frentes de trabalho, a mais desafiadora é o "Programa Inter-Ação: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional", de extensão universitária, vinculado à

Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI). O programa desenvolve ações de extensão no campo socioambiental junto às populações urbanas e povos tradicionais da Amazônia, a partir da formação de competências dinâmicas para diligenciar ações afirmativas de cidadania para o protagonismo social.

Serviço Social e extensão universitária: fundamentos teórico práticos

Mediante o quadro contemporâneo de transformações socioambientais e do arranjo das políticas, sob os ditames do capitalismo contemporâneo, faz-se necessário identificar os desafios que se apresentam aos profissionais, de modo particular, aos que atuam no campo da formação profissional em termos das demandas relacionadas à construção de competências técnicas dinâmicas e pró-ativas, compromissadas com as lutas sociais em prol de uma nova sociabilidade política. Para tal, se faz imprescindível avançar no que tange ao processo de formação em seus elementos necessários para alcançar uma instrumentalização a partir da aquisição de conhecimentos qualificados para o exercício da *práxis*. Pela habilitação acadêmica e técnica pautada nos polos que compõem o tripé da formação: o teórico metodológico, o de interlocução política e o técnico operacional.

Contudo, a trajetória de formação e o exercício profissional não se constituem em um caminhar sem percalços, inumeráveis desafios se interpoem, em primeira instância, no plano político-pedagógico, a matriz de pensamento que evocamos no domínio científico das Ciências Humanas e Sociais e, mais especificamente, como arcabouço central nas Ciências Sociais Aplicadas trata-se do materialismo histórico e dialético pelo viés dos estudos produzidos por Karl Marx (1818-1883), que se pauta pela abordagem do conflito entre as classes sociais, da relação entre consciência e realidade, da interrelação entre as determinações gerais e particulares do real, pelo movimento estrutural da sociedade em suas dinâmicas macrosociais e nas manifestações sócio-históricas, da ação humana individual e

coletiva e das possibilidades de transformação do real, na *práxis* e seu significado no contexto social, cujo método tem validade que extrapola as iniciativas concretas.

A explicação de Prates (2020, p. 8) elucida este processo da seguinte forma:

Verificamos que a reaproximação à teoria e ao método marxiano de modo mais adensado tem logrado ao Serviço Social um processo de qualificação e amadurecimento que merece ser destacado. Contudo, a mediação mais capilarizada com o coletivo profissional é um desafio ainda a ser consolidado. Por outro lado, é preciso reconhecer que o contexto adverso de recrudescimento da questão social e a permanente disputa entre projetos ético-políticos é uma realidade que precisa ser sistematicamente enfrentada para que não se sofra retrocessos no processo de formação, fruto de ampla mobilização e luta da categoria em sintonia com a sociedade de seu tempo.

A partir do enfoque do paradigma marxista, o Serviço Social insere-se no processo de reprodução das relações sociais. Nesta posição enfrenta os embates impostos pelas contradições que ordenam a sociedade, mas ao mesmo tempo mobiliza suas capacidades, habilidades, saberes, práticas e competências no movimento da *práxis* expressa pelo trabalho. O exercício profissional polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais opera nos embates desdobramentos e controvérsias que confrontam os paradigmas clássicos e modernos. Esta dinâmica requer a luta pela hegemonia do projeto profissional voltado para a ruptura com o conservadorismo/reacionarismo. Outrossim, requer investir em contínuas buscas por novas elaborações críticas que possibilitem desvendar a significação histórica, a dinâmica do processo da vida social e sua realidade substancial e o processo de reprodução das relações sociais.

O profissional vivencia o fluxo de correlações de forças, sujeito às forças do mercado, sob as determinações das atribuições institucionais, dos limites e potencialidades dos recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos disponíveis e necessários para efetivação do trabalho. Os(as) assistentes sociais atuam nos marcos das expressões da questão social que condicionam o

mundo do trabalho e a realização dos propósitos/compromissos profissionais.

A questão social abrange o conjunto das expressões que, ao mesmo tempo que forjam as determinações das desigualdades socioeconômicas e políticas da sociedade de classes e suas manifestações de discriminação de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente e outras. A questão social deriva-se da constituição histórica da formação social, fundamentada na contradição básica da sociedade, a produção social sob o monopólio de uma classe social que se apropria do trabalho e de seus resultados.

Como produto sócio-histórico, a profissão adquire sentido e inteligibilidade no fluxo da dinâmica societária da qual é parte e expressão. A história da sociedade é o solo no qual apreende-se as particularidades do Serviço Social: seu modo de atuar, pensar e intervir incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Essas relações que constituem a sociabilidade humana, em uma trama que envolve as dimensões social, política, econômica, cultural, espiritual, ambiental, questões de gênero, etnia entre muitas outras. Dimensões com as quais se defrontam, na vida cotidiana, os profissionais e em relação às quais eles se posicionam, quer do ponto de vista explicativo ou interventivo, considerados nesta abordagem como dimensões de uma mesma totalidade.

O Serviço Social assume um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta dos trabalhadores, sob o signo de valores (liberdade, igualdade, democracia, cidadania, respeito aos direitos humanos) que combatem a alienação e dignificam o gênero humano. Nesta empreitada, a praxeologia do trabalho dos(as) assistentes sociais, guarnecida de *caráter ético-político*, dispõe de uma multiplicidade de interesses da coletividade social ou, em termos gramscianos, da *grande política*, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na *práxis* social (COUTINHO, 1989; GRAMSCI, 1981, 2001).

A reestruturação produtiva do capital com a instauração da 4.^a Revolução Industrial, em sua dinâmica no cenário global, marcha susten-

tada pelo avanços científicos das Tecnologias de Informação e Comunicação, a robótica, a microeletrônica, a informática e outros avanços científicos, que combinados formam a Indústria 4.0. O imperioso movimento do novo paradigma técnico-econômico e produtivo varreu os diferentes quadrantes do planeta, adentrando todos os continentes e marcando países e lastrando-se pelas diferentes regiões eivado de contradições. O novo paradigma produtivo reduz a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado aos meios de produção. A nova ordem econômico-financeira impõe múltiplos reptos ao mundo do trabalho, infligindo à classe trabalhadora complexos dilemas, em sua materialidade e existência. Igualmente, afetam a identidade política dos trabalhadores, a produção de bens e serviços, a organização, gestão e relações de trabalho, as condições laborais e o conteúdo do próprio trabalho com elevação da composição técnica e de valor do capital.

Iamamoto (2012) indica que, no Brasil, a reestruturação produtiva convive com um fordismo incompleto e com formas tradicionais e arcaicas de exploração da força de trabalho, enraizadas na formação social do país. Na conjuntura atual do país, observa-se o (re)ordenamento das forças reacionárias e conservadoras marcadas pelo radicalismo de direita, com intensas investidas contra o legado de direitos dos trabalhadores e avanço exponencial e célere na privatização da coisa pública: a crise econômica é nutrida com a (des)ordem política que determina: perda de valores sociais como: solidariedade, respeito à vida; sentimento de incertezas, insegurança e anomia; intensificação e ampliação da violência de toda ordem. Iamamoto (2012) alerta que o legado de direitos conquistados com as lutas sindicais está enfrentando um franco desmonte pela ação do governo de orientação neoliberal, com incontestemente regressão das conquistas históricas de cidadania, que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social.

Mas, se na contemporaneidade, o capital nutre-se e enraiza-se impulsionado pelas inovações tecnológicas, aprofundando o *gap* entre ricos

e pauperizados, o seu poder avassalador não consegue conter a emergência das diferentes formas de resistência, como: as greves de trabalhadores, a luta dos produtores familiares, trabalhadores rurais e *sem terras* pela reforma agrária e dos povos indígenas pela preservação de seu patrimônio territorial e cultural, contra o etnocídio, das mulheres contra a opressão, a violência e pelo reconhecimento de seus direitos, dos velhos trabalhadores pelos direitos conquistados junto à Previdência Social, dos Quilombolas e afrodescendentes pelo respeito às suas raízes, manutenção de seus territórios e garantia de direitos, dos migrantes sem pátria, sem teto pela integração numa nova sociedade, de professores e estudantes em defesa da educação, de jovens em busca de emprego, da juventude das periferias das cidades em defesa da vida e de suas expressões culturais, de grupos LGBTQIA+ em favor da vida.

O Grupo parte do pressuposto de que para atuar em extensão visando ao desenvolvimento com sustentabilidade na região faz-se necessário tomar como referência a coexistência entre a rica diversidade biológica, as formas singulares de produção e consumo e as variadas modalidades de organização socioculturais, em que as espécies vegetais e animais, as populações humanas ostentam grande plasticidade adaptativa e habilidades de lidar com os ecossistemas locais.

Sachs (1985), a partir do conceito de ecodesenvolvimento, apresenta os pilares de sustentabilidade que embasam os estudos sobre saber fazer (*savoir-faire*) e a cosmovisão dos grupos sociais em suas singularidades. Em consonância com esta perspectiva, as ações de extensão e pesquisa são fundamentadas no respeito à cultura e à ética ambiental dos grupos sociais, erigidas na vivência e manejo, sobre princípios de conservação dos ecossistemas locais. Esta ética ambiental não pode ser vista como uma ética universal, mas como uma ética singular que tende a orientar uma percepção particular sobre práticas sustentáveis. Entende-se que toda e qualquer estratégia de protagonismo/emancipação e desenvolvimento com sustentabilidade

na região requer um compromisso de respeito à diversidade de seus ecossistemas, à diversidade socioeconômica e cultural de seus povos, bem como seus interesses e necessidades (SACHS, 1985).

No Brasil, a extensão universitária teve um início marcado pelo assistencialismo, centrado no atendimento de indivíduos em situação de carência material, para cumprir a responsabilidade social das IES, bem como serviam para os discentes na falta de vagas em campos de estágio (BARBOZA, 2018). Faceira (2013 apud BARBOZA, 2018) relata que na década de 1980, na conjuntura de abertura política do Brasil, o compromisso das IES com a população teve novo impulso, assim, a extensão obteve o *status* de processo educativo, cultural e científico e indissociável do ensino e da pesquisa.

A curricularização da extensão universitária sobre novos parâmetros ganhou centralidade impulsionada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010, metas 21 e 23) que foca na "obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas". O PNE (2014-2023, estratégia 7, meta 12), garante "[...] no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2001)

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) define a Extensão Universitária como "atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade" (FORPROEX, 2001a). Em 2012, o Fórum atualizou a concepção de extensão delineando como diretrizes "a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão". O papel inovador da extensão universitária é afirmado pelo Fórum na defesa da interação transformadora entre universidade e sociedade.

Todavia, muitas distorções ocorrem em di-

versas experiências de extensão universitária nas instituições de ensino superior (IES) que, por vezes, são executadas como prestação de serviços assistenciais ou mercantis, afrontando o paradigma vigente. A postura de defesa do conservadorismo elitista, entranhada nas estruturas de algumas IES criam entraves ao avanço do novo paradigma. Conforme a Política Nacional de Extensão Universitária aprovada no FORPROEX, ocorrido em Manaus, em 2012, "o Brasil de hoje combina traços de seu passado conservador e autoritário com as inovações institucionais forjadas na luta pela redemocratização" (FORPROEX, 2012 apud GADOTTI, 2017, p. 3).

Gadotti (2017) destaca que a atual conjuntura brasileira põe em risco o novo paradigma de extensão, pelos retrocessos e ataques frontais à democracia e à educação em sua concepção político-pedagógico e emancipadora de universidade. A extensão enfrenta limites institucionais em relação: a) à apreensão de seu significado; b) o tratamento como atividade eletiva, complementar e/ou facultativa ao processo educativo/formativo; c) à limitação orçamentária, de recursos humanos e de espaços no âmbito institucional; e c) por vezes, de destinação de carga horária aos extensionistas.

Barboza (2018) indica que a extensão, sob a perspectiva emancipatória, denota um processo de formação acadêmica enriquecedor, ao propiciar espaços de aprendizagem articulados à realidade social que podem potencializar o desenvolvimento das competências e potencialidades dos discentes na esfera do planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população. Essas ações produzem efeito direto, não apenas sobre os discentes participantes dos programas e projetos, mas são capilarizadas, isto é, alcançam os demais estudantes, pois os conhecimentos produzidos são publicizados em eventos acadêmico-científicos (seminários, oficinas, encontros e outros), bem como os resultados enriquecem os conteúdos das disciplinas e dos estudos.

Faceira (2013 apud BARBOZA, 2018) arrazoa

que a extensão não deve ser apêndice das atividades de ensino e pesquisa, mas precisa ser articulada com as esferas da dinâmica social, contribuindo para a concretização do projeto profissional do Serviço Social, enfatizando a capacidade de formulação de respostas coerentes no âmbito social da profissão, além de contribuir para a instituição de projetos societários contra-hegemônicos. A incumbência da extensão abre ensejos para as IFES disponibilizarem conhecimentos, gerando benefícios para sociedade pelo acesso às diversas tecnologias produzidas na academia. Mas, é razoável considerar que o ponto de partida é a concepção da educação em sua significação, que pode tanto habilitar para reprodução da lógica hegemônica capitalista, como instituir importantes mecanismos para a construção de uma contracultura, focada nos interesses da classe trabalhadora e dos grupos tradicionais.

De acordo com Barboza (2018), para estabelecer a organicidade entre ensino e extensão é imperativo aguçar a percepção do processo pedagógico, para que docentes, discentes e técnicos sejam sujeitos ativos no ato de ensinar e aprender, constituindo-se *mestres e aprendizes*. O espaço de interação entre universidade/IES e sociedade proporcionado pela extensão, não de modo exclusivo, auxilia a operacionalização da relação entre teoria e prática, além de possibilitar o intercâmbio de saberes acadêmico e popular. Santos (2010 apud BARBOZA *et al.* 2018, p. 5) enfatiza que “[...] a teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade”

Nesta linha, para Barboza (2018, p. 6), a extensão universitária:

[...] é fundamental para garantir a missão social da universidade na formação de cidadãos comprometidos com a sociedade em que vivem, e profissionais capacitados a promover um diálogo construtivo dos saberes populares com os conhecimentos técnicos e científicos, buscando valorizar a diversidade sociocultural do país e a utilização dos serviços ofertados pela Instituição de Ensino Superior.

O compromisso da extensão universitária expressa-se nas ações para a garantia dos valores, o acesso aos direitos de igualdade e o desenvolvimento social na condição de prática acadêmica que contribui para ampliar o vínculo das IES em ensino e pesquisa às demandas da sociedade.

Amazônia, impávido colosso... gigante pela própria natureza

“A Amazônia tem potencial para propiciar ao mundo elementos de bem-estar material e espiritual, contudo, na mesma proporção, devem ser criadas condições existenciais para os próprios amazônidas”.

(Arthur C. Ferreira Reis)

Para abordar da maneira mais substancial possível a experiência de extensão do Grupo Inter-Ação, faz-se mister iniciar por uma breve contextualização da realidade histórica que configura o espaço geopolítico da Amazônia, que *gigante pela própria natureza* é notória por albergar o bioma Amazônia. Formado pela maior reserva de floresta tropical úmida do planeta, vasta rede hidrográfica que concentra 20% de toda água doce do planeta, a biodiversidade abrange 1/3 da fauna e 30% das florestas tropicais úmidas do planeta. Berta Becker (2010) defendeu que a Amazônia se configura como fonte primordial para a Ciência e a Tecnologia e pela sua condição – de possuir o maior banco genético e a maior biodiversidade do planeta – recebeu o *status* de símbolo do desafio ecológico contemporâneo que, ao mesmo tempo que envolve a consciência e a utopia, é invocada pela ideologia ecológica como capital-natureza.

A Amazônia, como um *impávido colosso* de riquezas, contudo, imperam em seu cerne numerosos reptos e dilemas, originários do processo histórico de ocupação. Na formação sócio-histórica, o projeto de colonização deixou danos permanentes, feridas indelévels imprimidas pela força da expansão do capital que alteraram drasticamente as relações sociedade-natureza, introduziram elementos exógenos, como doenças letais, que atingiram e dizimaram uma grande parcela dos povos nativos. Isso afetou o *bem viver*

e patrocinou a escravização de indígenas para os sujeitarem como mão de obra. Enquanto, as elites alegavam, sob a premissa ideológica, que os povos nativos eram indolentes, preguiçosos e inoperantes, discurso que ainda encontra eco nos tempos atuais. Para Barata (1998), o *Fator Amazônico* denota diversos estereótipos, como clima inóspito, vazio demográfico, manifestações preconceituosas que provocam baixa autoestima, anomia e perda de identidade e, não raro, são assimiladas pela própria população amazônica.

Na Amazônia, a reprodução social dos grupos avançou até os dias atuais pela resiliência aos múltiplos cruzamentos de ciclos econômicos que demarcaram os limites das políticas públicas na região. Estudos sobre as políticas públicas editadas na região (LIRA, 2008; CHAVES, 2001; SOUZA, 1977) evidenciam que há um lastro de etnocídio e devastação da diversidade biológica, ordenados por interesses mercantilistas, antagônicos à lógica e aos interesses dos povos amazônicos, e para coagir a integração da região aos mercados nacionais e internacionais como fornecedora de matérias primas. Para Souza (1977), a tônica do desenvolvimento regional desde o período colonial, é a exploração desmedida de recursos dos ecossistemas e de grupos sociais que vivem por gerações nos domínios do bioma Amazônico – há registros de pelo menos 20 mil anos (LOUREIRO, 1978). O processo de colonização instaurado com a chegada dos portugueses (1500 a 1850), desencadeou um intenso processo de miscigenação (reprodução entre pessoas de grupos étnicos diferentes), intensificado no Período Pombalino (1750-1777), em que Marquês de Pombal exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal.

Outro ciclo que marcou a região foi a economia baseada no extrativismo da borracha para o mercado internacional, o Ciclo da Borracha (1850-1970), que fomentou a constituição da cultura cabocla como processo de aculturação, com grande fluxo migratório. Na segunda metade do século XIX, a base demográfica regional cresceu pelo processo migratório promovido pelas empresas seringalistas e o governo que atraiu migrantes nordestinos premiados pela expropria-

ção de suas terras pelos grandes canaviais para trabalhar nos seringais, na agricultura, na pecuária e na mineração. Este processo ampliou a questão social ocasionando vários efeitos danosos, como tensões, disputas e conflitos pela terra e depleção da fauna e da flora. A interação dos povos nativos com os imigrantes na região, por um lado, ocasionou tensões e conflitos e, por outro, sucedeu a mescla de diversas culturas, que proporcionou a aquisição de valores socioculturais e práticas no trato com a natureza e em relação à distinção de uma série de processos complexos inerentes aos ecossistemas do Bioma Amazônico pelos imigrantes (CHAVES, 2001).

Na década de 1950, a saga neocolonizadora do modelo desenvolvimentista prosseguiu até meados da década de 1960, quando foi instaurada a ditadura militar, que perdurou no país por 21 anos. Sob o discurso de *segurança nacional*, o regime autoritário remodelou as políticas públicas para esconder os reais interesses de apoiar a expansão do capital, via dominação das formas tradicionais de produção, cuja sanha de maximização do lucro, de obtenção de terras para especulação e da exploração predatória dos recursos naturais acelerou a integração da região aos ditames do processo de *modernização conservadora*. Sob este foco foram atraídos empreendimentos capitalistas de grande porte, as obras de infraestrutura, os eixos rodoviários de integração da Amazônia ao restante do país, um processo avassalador de expropriação dos pequenos produtores familiares e dos povos tradicionais. No estado do Amazonas foi criado um enclave, a Zona Franca de Manaus, com apoio da política de incentivos fiscais.

O impacto da política ditatorial na década de 1970, alcançou amplitude com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de integração física, sociocultural e econômica via exportação de recursos naturais e atração de trabalhadores através de programas de colonização. Na década de 1980, a redemocratização do país encontrou a região sob intensa onda de mobilizações, entraram em cena o Movimento Nacional de Seringueiros pela institucionalização das Reservas Extrativis-

tas, o Movimento Nacional de Pescadores, em resistência à sobrepesca e à pesca predatória, e o Movimento de Ribeirinhos pela Reforma Aquática, delimitando os lagos santuários para proteção da reprodução das espécies, os lagos comunitários restritos ao uso das comunidades locais e os lagos livres para pesca, sob regime de proteção contra a sobrepesca (CHAVES, 2007).

Na década de 1990, com a consolidação da democracia no país, os grandes projetos seguiram a retomada de investimentos na Amazônia. Viana (2001, p. 278) declara que a política de globalização da Amazônia incorporou o ativo e o passivo da política de integração nacional que a sucedeu e reuniu "[...] elementos novos, impondo um novo arranjo político e social de sustentação e reestruturação da base econômica regional, agora sob hegemonia dos setores internacionais voltados para o mercado externo."

Ao final do século XX, Bursztyn (2001) constatou que a Amazônia ainda padece de uma extensa e constrangedora pauta de pendências a serem encaradas. Enquanto, Alves (1999) apresenta os principais desafios que prevalecem na região: a) crescimento da produção industrial, via reestruturação produtiva, sem o incremento do emprego (*jobless growth*); b) o imperativo do capitalismo mundial introduz novas tecnologias e novos padrões organizacionais desagregando os ecossistemas e os grupos sociais; e c) as políticas neoliberais não debelam a desigualdade social prevalecente.

No entanto, entre os anos de 2003 até 2006 e de 2007 até 2011, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve relativo avanço em relação à demarcação de terras indígenas, criação de Unidades de Conservação entre outras ações sociais. Todavia, uma onda antidemocrática varreu os diferentes quadrantes do planeta acirrando as problemáticas moldadas pelas relações de poder e expansão do sistema capitalista. No Brasil, em 2016, tramado pelas elites capitalistas, colonialistas, patriarcais, jurídicas, fundamentalistas e midiáticas, foi forjado o golpe contra a presidenta Dilma, que resultou em *impeachment*. Mas o auge da trama ocorreu com a eleição

do presidente Bolsonaro (2019-2022), conduzido pelo golpe jurídico conservador, impetrado pelo juiz Sérgio Moro e a campanha nas redes sociais com a disseminação de notícias falsas. E, assim, o projeto de enfraquecimento da democracia brasileira alastra-se na Amazônia para além das incertezas, incrementa a miséria, a fome e a morte pela negação explícita e legalizada de direitos que limita a demarcação das terras indígenas e das áreas de proteção ambiental, incentiva a violência de todos os matizes e acoberta as práticas ilegais de depredação dos ecossistemas da região.

Com isso, embora as lutas registrem alguns avanços, ainda prevalece um leque de desafios (im)pertinentes ao compasso da modernização que se sobrepõe. Pois, o *admirável mundo novo* que a modernização preconizou para a Amazônia trouxe consigo uma nova organização do trabalho (TI, PD&I), uma nova ideologia do progresso que convive com a retração de direitos humanos e sociais. Os impactos do "modelo" de desenvolvimento engendram consequências adversas: um quadro epidemiológico no qual recrudescem doenças já erradicadas, surgem doenças ocupacionais, e outras surgem causadas pela poluição dos mananciais, a falta de água tratada e de saneamento básico, o ordenamento territorial urbano (des)organizado pela lógica da especulação imobiliária que relega os trabalhadores a assentamentos em áreas expostas às calamidades.

Em sua empreitada histórica, a Amazônia segue sendo foco de interpretações e interesses diversos, políticas que não raro são contrapostas aos interesses e necessidades de sua gente. O quadro de iniquidades, ou seja, as desigualdades sociais, a fragmentação das forças democráticas e a diversidade de *fronts* de enfrentamentos relativos à defesa dos direitos sociais e humanos, dignidade, justiça social, se multiplicam. Mas para barrar esse padrão de desenvolvimento que infunde alterações inexoráveis à existência humana e aos ecossistemas, que inquieta e ameaça de formas variadas a capacidade da sociedade rever, superar e avançar para além

dos limites que abalam seus *modus vivendi*, são respondidas com mobilizações e lutas pelos povos que compõem a Amazônia.

Povos e comunidades urbanas e rurais na Amazônia

As questões relativas aos povos tradicionais na região amazônica ganharam a centralidade em muitos debates e estudos travados nas últimas décadas. Todavia, os estudos sobre povos tradicionais, em sua maioria, são realizados na área de Antropologia (CHAVES, 2006). Entretanto, entende-se que as Ciências Sociais Aplicadas não podem ter presença limitada neste campo e o Serviço Social não deve, sob nenhuma hipótese, eximir-se de assumir este compromisso ético-político. Tal expedição constitui-se em um desafio que não se pode ignorar, o de lançar o olhar investigativo para desvendar as veredas que engendram a realidade na cena urbana e na hinterlândia da Amazônia.

O termo povos tradicionais abriga inúmeras controvérsias no âmbito acadêmico-científico e entre os movimentos sociais, trata-se de uma categoria em processo de construção. No Brasil, a construção conceitual do termo povos ou populações tradicionais está vinculada ao debate sobre as questões socioambientais, principalmente sobre o desenvolvimento orientado por princípios de sustentabilidade. Em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais conceituou povos tradicionais como grupos com culturas distintas (particular) que se identificam e se reconhecem como detentores de formas organizacionais próprias, sendo ocupantes de territórios e usufrutuários de recursos naturais como condição para sua reprodução sociocultural, religiosa, ancestral e econômica, portadores de saberes e práticas originados e transmitidos pela tradição. A conceituação constante das políticas abrange os povos originários (etnias indígenas) e os povos tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, varjeiros, pescadores e extrativistas, como seringueiros, castanheiros, babaçueiras, entre outros). Essa política ordenou suas ações em quatro eixos

estratégicos: acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; a infraestrutura; a inclusão social e o fomento à produção sustentável.

Castro (1997) destaca o significado dos marcos territoriais para os povos tradicionais que, na organização do espaço de vida das atividades laborais, usam de maneira comunal a terra como espaço de vivência, herança de seus ancestrais. Ali, praticam suas manifestações culturais (rituais sacros, lazer, festas), que reforçam os laços de sociabilidade grupal fortalecendo a força dos laços familiares e de parentesco. A autora enfatiza que a adaptação destes povos ao meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado, constituindo formas multicomplexas de manejo dos recursos locais. A relação sociedade e natureza para os povos tradicionais é ordenada pela racionalidade de cada grupo social, segundo as representações sobre seu meio.

Para Wagley (1988), as comunidades na Amazônia criaram mecanismos e práticas na construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas e, sob os fundamentos de seus saberes, interagem com a natureza seguindo suas tradições ancestrais. As comunidades são compostas por grupos domésticos familiares que vivem em moradias em ecossistemas de várzea (terras alagadas) ou nos barrancos às margens de rios e seus tributários, os lagos, paranás, igarapés e igapós (florestas alagadas) e de terra firme. A dinâmica do modo de vida nos diferentes espaços que compõem o território comunitário modula-se pelos ritmos da natureza, o regime dos rios, o ciclo das águas (cheia, vazante, seca e enchente) e a reprodução das espécies. As práticas e saberes destes povos são abalizadas por mitos ancestrais e pela expressão da mãe natureza, orientados pelos *avisos da mata*, o *tempo da caça*, que instituem uma pluralidade de práticas laborais (pesca, cultivo, manejo sustentável da caça, artesanaria, extrativismo) cujos parâmetros e pilares de sustentabilidade abrangem as dimensões social, ambiental, econômica, política

e territorial (SACHS, 1986).

Na década de 1980, a efervescência das mobilizações na região, protagonizadas por movimentos sociais de seringueiros, castanheiros, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, ambientalistas, organizações não governamentais e movimentos acadêmicos pela conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, ganharam a cena política lutando pela valorização de seus saberes e combatendo o descaso do poder público mediante os graves problemas originados pelo modelo capitalista de produção. O resultado foi o reconhecimento jurídico dos povos tradicionais no Brasil na Constituição Federal de 1988, art. 215, que determina: o "Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais". E, como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos que formam da sociedade brasileira, inclui suas "formas de expressão e seus modos de criar, fazer e viver" (SHIRAIISHI NETO, 2007). Esse reconhecimento assegurou aos grupos sociais, que estavam desprovidos de um reconhecimento legal de suas identidades sociais, o direito aos seus próprios territórios, respeito às suas formas singulares de organização sociocultural e acesso às políticas públicas.

Alguns estudos (CHAVES, 2018, 2001; CASTRO, 1997) destacam a prevalência de um extenso patrimônio cultural que envolve: ajuda mútua; relações de compadrio; transmissão de saberes e rituais entre gerações, com fortes ligações referenciadas aos ancestrais; valorização do *bem-viver* dos grupos domésticos da comunidade; relativa autossuficiência em relação ao mercado; usufruto e dependência de recursos naturais disponíveis localmente; gestão coletiva dos recursos com respeito aos ecossistemas (*mãe natureza*), evitando a exploração desnecessária e/ou predatória com uso apropriado dos diferentes ambientes; respeito aos rituais e sítios sagrados; comunicação via linguagem marcada por signos e representação relativa aos sistemas classificatórios de fauna, flora e mananciais. Estas bases moldam as relações de trabalho pelo manejo coletivo dos recursos locais em bases comunicativas e cooperativas nominadas como: *Ajuri*, *Puxirum*,

Mutirão (CHAVES, 2006).

Estes grupos sociais são formados por famílias que constituem grupos domésticos familiares por abrigarem em seu convívio, além dos membros de parentesco consanguíneo, diversos agregados (afilhados) e atuarem como uma unidade produtiva. Ou seja, seus diferentes membros operam no manejo dos recursos naturais, distribuídos em uma divisão do trabalho regida pelo gênero, força física e habilidades, obtendo assim a maior parte de seus víveres e a renda para subsistência do grupo. Vale enfatizar que nas comunidades, os grupos domésticos familiares dispõem de recursos locais com certa abundância, mas, também, vivenciam uma notória negação de direitos pela dificuldade de acesso a bens e serviços sociais, com carência ou precariedade à assistência à saúde, Assistência e Previdência Social – apenas 2/3 conseguem a aposentadoria, a assistência técnica é insuficiente e eles raramente recebem fomento à produção e crédito (CHAVES, 2018, 2006). Na área educacional constata-se o analfabetismo de adultos (em torno de 60%), aos adolescentes e jovens faltam às escolas de ensino médio e a necessidade de trabalhar dificulta prosseguir os estudos. Outrossim, acontece exploração na comercialização dos produtos pela discrepância das trocas de seus produtos (desvalorizados) pelas mercadorias (superprecificadas).

As políticas de integração que predominam na região conjugadas **às** forças da modernidade infligem uma devassa que afeta as organizações dos Povos das Florestas, das Águas e das Terras. Assim, sob a égide da globalização paira sobre a cena da sociobiodiversidade amazônica a lógica que investe no esfacelamento e pauperização de vastos segmentos regionais. Em que pese os avanços conquistados pelas lutas, os povos originários e tradicionais continuam parcialmente invisibilizados. Seus interesses e necessidades são dissimulados pelo desgastado discurso da falta de recursos e complexa logística regional. A teia de obstáculos vigente limita o exercício dos direitos humanos e sociais, compromete a reprodução física e social de extensa parcela dos amazônidas, relegando-os à condição de

subalternidade pela exclusão a bens essenciais para alcançarem as condições de segurança básica e imprescindíveis para assegurar a qualidade de vida como cidadãos/cidadãs. Esses fatores associados forçam um vasto contingente de famílias a rumarem em direção às cidades, nutrindo a esperança de conquistar melhores condições de vida. Assim, adentram cada vez mais nas entranhas da sociedade do risco, ao passar a *fazer parte da massa* que vive em condições de vulnerabilidade socioambiental, relegados às periferias, explorados em trabalhos precários e por outras circunstâncias perversas.

Assim, o Grupo Inter-Ação, há 21 anos desenvolve ações de pesquisa e extensão, em face ao reconhecimento da necessidade de potencializar os esforços laborais dos grupos e comunidades amazônicas no manejo dos recursos, com soluções inovadoras de tecnologias sociais para ampliar as formas de conservação dos ecossistemas locais proporcionem o atendimento de suas necessidades prioritárias a partir do acesso a bens e serviços sociais nas áreas de saúde, assistência e previdência social, educação, transporte, lazer, energia, água tratada, assistência técnica, fomento e crédito para a produção, pesquisa/ extensão, entre outros.

Extensão universitária na Amazônia, a experiência do Grupo Interação

Em sua trajetória, o Grupo Inter-Ação alcançou três países, nove estados da Região Norte, cerca de 56 municípios e mais de 1 mil comunidades (rurais e urbanas). É formado por um conjunto de técnicos, pesquisadores, docentes, discentes, consultores, assessores nas áreas de Serviço Social (prevalência), Enfermagem, Ciência Sociais, Biotecnologia, Agronomia, Direito e Economia, turismo de Base Comunitária e Sustentável. Os temas transversais trabalhados são Inovação e Tecnologias Sociais, Cidadania, Sustentabilidade e Justiça de Gênero. As interações de pesquisa e extensão são voltadas para grupos e comunidades urbanas e rurais, com ações que envolvem

os grupos doméstico-familiares, segmentos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos) e as lideranças comunitárias (formais e informais), artesãos, entidades e movimentos sociais, trabalhadores de vários ramos de atividade, dentre outros sujeitos sociais.

O "Programa Inter-Ação: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional" criado pelo Grupo Inter-Ação é um dos três primeiros programas de extensão reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) desde o início dos anos 2000, apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/UFAM). O Programa de Extensão do Grupo Inter-Ação tem como objetivo desenvolver ações integradas em assessoria a entidades humanitárias e sociais na Amazônia com foco no processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento de atividades de supervisão de estágio e acompanhamento dos discentes no desenvolvimento do estágio obrigatório. O estágio respeita às normas da Resolução n.º 001, de 10/03/2021, orientadas pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS sobre a realização de estágio em extensão e a Política de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFAM-Manaus, bem como da Política de Estágio do Grupo Inter-Ação-UFAM/CNPq, de 2005.

O Programa Inter-Ação opera como campo de estágio curricular em Serviço Social nas áreas de Meio Ambiente, Movimentos Sociais Urbanos e Rurais e Políticas Públicas. Destaca-se que, embora o referido grupo possua uma atuação interdisciplinar a área profissional de concentração, é vinculado à área de Ciências Sociais Aplicadas. O Grupo Inter-Ação é procurado por organizações comunitárias, escolas públicas, ONGs para realizar ações de assessoria, enquanto entidades humanitárias, sociais e ambientais buscam através dele consultoria² e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

Para a execução dos projetos de extensão, o grupo convoca parcerias externas à UFAM, como

² Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (órgão da ONU), TearFund (advocacy) agência do Reino Unido, World Wide Life Fund-WWF (Suíça, EUA e Brasil), entre outras entidades.

instituições governamentais, não governamentais (OSCs) e pequenas empresas de base comunitária ou familiar para obter suporte (financeiro, técnico, operacional), visando enfrentar os desafios da complexa logística e elevados custos operacionais do trabalho junto às comunidades rurais. O grupo busca parcerias com órgãos suplementares da UFAM e de outras instituições de ensino e pesquisa. Já participou em 10 redes internacionais de cooperação científica em pesquisa e extensão. Atualmente, participa das seguintes redes: desde 2007, da *European Network of Living Labs* (EnoLL), como experiência de vivência de pesquisa e extensão em comunidade (*Living Labs*); desde 2018, da *Red Multiben do Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo* (CYTED)³ desenvolvendo a pesquisa em parceria com grupos dos seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Espanha, Costa Rica, Portugal e Colômbia, como referência de extensão para a Iberoamerica e Caribe; desde 2015, da *Red de Estudios Organizacionales en América Latina, el Caribe e Iberoamérica* (REOALCel), no qual pertence ao grupo que pesquisa justiça de gênero.

Nesta lida, o grupo o adota o Método Inter-Ação (CHAVES, 2001), modalidade de pesquisa-ação, similar a um *programa social* que orienta a relação entre os participantes a partir de princípios éticos e políticos para fomentar a emancipação e resguardar a autonomia dos agentes sociais na construção e na consolidação de ações para a superação dos impedimentos presentes no contexto em que estão inseridos de acordo com seus interesses, expectativas e necessidades. Nesta direção, forma-se uma complexa rede de ações intercambiantes, centradas na *práxis* coletiva, ordenadas por princípios éticos e de respeito aos saberes socioculturais tradicionais. A realização do projeto em cada contexto social envolve uma sequência articulada de ações interdependentes a partir do estabelecimento de: acordos prévios, montagem do diagnóstico, plano de ação, monitoramento e avaliação, in-

terpretação analítico-explicativa, publicização e socialização dos resultados.

Acordos prévios ocorrem entre pesquisadores e comunitários para iniciar o processo de investigação e aproximar a equipe e os agentes sociais de maneira que seja possível intensificar o diálogo entre a equipe e os agentes sociais. O relacionamento de confiança e parceria requer o exercício contínuo de comunicação instrutiva e pedagógica para a efetivação dos objetivos dos projetos. No entanto, Prates (2018 apud PRATES, 2020, p. 5) faz uma consideração pertinente, ao alegar que:

[...] se por um lado a comunicação reproduz alienação, por outro, é através desta que estabelecemos relações que nos possibilitam provocar reflexões, trabalhar processos de conscientização e reproduzir as riquezas socialmente construídas pela humanidade. É através da comunicação que veiculamos nossos pensamentos, nossas críticas, nossas experiências e conhecimentos. Como instrumento, da mesma forma que pode servir (e serve) à alienação e dominação, pode ser importante estratégia para viabilizar a sua superação.

A *investigação* permite captar informações pertinentes e demanda o espraiamento do olhar investigativo atento, instrumentalizado, prudente e vigilante sobre a realidade para captar as nuances dos fenômenos, das relações socioculturais e da dinâmica de interação com o contexto externo e suas sobredeterminações. Para tal inicia-se pela identificação dos aportes teórico-metodológicos do pensamento social que embasam a abordagem analítico-interpretativa e interventiva dos pesquisadores. Este processo perdura ao longo da execução do projeto, no entanto, os levantamentos iniciais servem para obter um feixe de informações que possibilite estruturar um diagnóstico inicial. Marx (1989 apud PRATES, 2020, p. 5) especifica que "O método de investigação se apodera da matéria em seus pormenores, articulando a estrutura e a dinâmica dos fenômenos e reconstitui a história para explicar o porquê de os fenômenos serem o que são".

³ Criado, em 1984, no Acordo Interinstitucional dos países da *Comunidad Iberoamericana de Naciones*, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável na Região Iberoamericana pela colaboração e cooperação entre os Organismos Nacionais de Ciência e Tecnologia (ONCYT), os Organismos de Fomento da Inovação, os grupos de pesquisas de universidades e centros de Pesquisa da Iberoamérica.

Assim, esse momento proporciona a instrumentalização com informações para a produção do diagnóstico básico das problemáticas vigentes, das potencialidades que predominam na realidade estudada, dos interesses e demandas dos sujeitos sociais.

O *plano de ação* é elaborado com base no diagnóstico realizado. A equipe técnica e os membros da comunidade local coadunam esforços para, por ordem de prioridade, debater sobre a situação investigada e propor soluções realistas e práticas a serem implementadas. Para tal, é montado de modo coletivo um plano de ação que, simultaneamente, aciona:

a) a negociação entre os atores para delimitar as atribuições de cada um; b) o estímulo à participação e à continuidade do engajamento dos comunitários na realização das atividades;

c) o processo de formação para criação de competência técnica e fortalecimento das capacidades locais é implementado em sincronia e em associação;

d) a estruturação dos mecanismos de monitoramento e de avaliação.

Na *interpretação*, em um intrincado e complexo artesanato intelectual, os dados vão sendo interpretados a partir de uma ampla interação entre os envolvidos, que vão procedendo à abordagem analítica explicativa abalizada. Nesta dinâmica, as tramas dos fenômenos da realidade e das relações dos sujeitos vão ganhando maior visibilidade e inteligibilidade em seus significados. No entanto, a interpretação não decorre de um momento único, mas vai delineando-se no exercício de realização da experiência das atividades de extensão em toda sua amplitude e temporalidade.

O *monitoramento/avaliação das ações* constituiu-se em uma dinâmica contínua de acompanhamento do desenvolvimento das ações, com procedimentos e técnicas avaliativas participativas para avaliar a trajetória do trabalho desenvolvido e discutir o alcance das ações avaliando a coerência em relação aos objetivos do projeto e suas metas.

Já a *publicização e socialização* demandam diversas estratégias e mecanismos de difusão

dos resultados. Na sala de aula, nas interações com pares da área de formação, na participação em eventos acadêmicos científicos (congressos, seminários, simpósio) por via de comunicação escrita, orais, em banners, em âmbito regional, nacional e internacional e, notadamente, junto às comunidades partícipes.

As ações interventivas de extensão visam fortalecer as experiências dos grupos nas práticas de sustentabilidade pela instrumentalização, geração de renda e replicabilidade da experiência. A *instrumentalização* fornece informações e capacitação básica aos comunitários e suas lideranças para defesa de direitos sociais, territoriais e identitários, no exercício da afirmação da autonomia e da cidadania. Neste procedimento, a equipe emprega diversas técnicas instrutivas e pedagógicas. A *geração de renda* envolve atividades para a consolidação dos empreendimentos comunitários existentes, o fortalecimento das parcerias estabelecidas e a orientação para inserção dos produtos em mercados justos, com volume/escala de produção e comercialização viabilizando a captação de renda complementar às famílias. E o *efeito multiplicador da experiência* que envolve a capacitação de multiplicadores com compromisso de informar, difundir e, ao mesmo tempo, contribuir para replicabilidade da experiência em contextos similares.

Sob o ordenamento do Método Inter-Ação, os projetos de pesquisa são implementados em associação com as atividades de extensão para:

a) potencializar a produção de conhecimentos e contribuir para formação de profissionais;

b) a construção de ações afirmativas de cidadania pela geração de experiências voltadas para desenvolver modalidades de atendimento às demandas e interesses visando à superação das condições de exclusão dos povos amazônidas;

c) estruturar novas técnicas, tecnologias apropriadas e sociais, habilidades e mecanismos que possibilitem a construção de soluções viáveis de acordo com as necessidades e interesses das comunidades locais;

d) difundir e publicizar os conhecimentos produzidos visando contribuir nos debates em

diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional

e) e, ainda, socializar os saberes junto aos grupos e comunidades envolvidas instrumentalizando-as em prol do protagonismo social.

Considera-se que a legitimidade dessa proposta está no compromisso ético-social de prosseguir com as ações de extensão universitária anteriores, implementadas ao longo dos 21 anos de existência do Grupo Inter-Ação, buscando ampliá-las e desenvolver novas ações, com a criação de condições efetivas para se consolidar as ações de geração de renda, mediante práticas de gestão participativa comunitária que visem a sustentabilidade ecológica, social, cultural e econômica das populações e organizações atendidas pelo programa. O grupo realiza atividades socio-educativas, baseadas em um *diálogo instrutivo e pedagógico*, com a valorização dos saberes e das habilidades dos agentes sociais, em uma práxis coletiva, cujo intercâmbio dialético resulta em uma rica troca de experiência centrada no desenvolvimento dos indivíduos e dos grupos. Dentre as atividades do programa, destaca-se a instrumentalização para monitoramento de políticas públicas e *advocacy* em defesa de direitos humanos e sociais.

Dentre as experiências de extensão em Manaus, o Grupo Inter-Ação realizou, entre 2008 e 2017, atividades de assessoria técnica para a Associação Rede de Catadores(as) e Reciclagem Solidária (Ecorecicla), com intuito de consolidar um formato inovador de Tecnologias Sociais para a inclusão social e produtiva deste grupo social. Essa rede solidária de catadores e catadoras de materiais recicláveis surgiu da necessidade de retirar os catadores(as) que estavam em situação de extrema vulnerabilidade social, coletando e armazenando materiais no centro de Manaus. Esse projeto orientou-se a partir de mecanismos de análises, estudos, produção, atividades socio-educativas e de capacitação/instrumentalização para o fortalecimento político da categoria. Elaboração de diagnóstico das condições de vida e de trabalho dos catadores(as), um conjunto de capacitações com temas definidos a partir

das necessidades dos catadores(es) e o debate sobre estratégias para propor, reivindicar e atuar nos espaços de instituição de políticas públicas voltadas para esta categoria de trabalhadores também foram pontos-chave. Além da divulgação de informações e conhecimento técnicos e científicos, com a finalidade de apoiar, difundir e socializar a criação de tecnologias apropriadas e sociais, garantindo a melhoria contínua das condições de trabalho e o acesso a bens e serviços disponíveis na sociedade.

Tal procedimento decorreu da participação ativa dos catadores, sobretudo na identificação dos entraves/gargalos existentes no processo de consolidação do desenvolvimento baseado em práticas de sustentabilidade local e, principalmente, apontando alternativas para a superação dos mesmos. Os eixos principais de atuação foram:

- a) a constituição de um formato de tecnologia social da forma de gestão da organização socio-política dos catadores;
- b) o atendimento de demandas que possibilitaram o acesso a bens e serviços sociais (vacinas, orientações da saúde);
- c) e, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o processamento dos materiais reciclados.

As principais tecnologias geradas foram:

- a) *tecnologias de coleta seletiva* – processo de coleta e de beneficiamento do plástico e do papelão para confecção diversos produtos;
- b) *VAPET* – modelo de organização social do trabalho de reciclagem com a produção de Vassouras de Garrafa Pet com aproveitamento de matérias (lonas e sintéticos); beneficiamento de papel, fibras de coco e da casca da bananeira para a confecção de diversificados produtos reciclados (cartões de visitas, agendas, blocos de anotações, dentre outros);
- c) *Reciclarte* – atividades lúdicas, de lazer e artístico-culturais realizada em escolas públicas com práticas de cuidados com o meio ambiente voltado para crianças de até 12 anos de idade.

A assessoria fomenta mudanças cotidianas de autogestão e adoção da economia da cultura

na linha da concepção ecopolítica. A tecnologia social do processo de gestão fornece suporte a um conjunto de ações, para conhecer as manifestações socioculturais em todos os níveis: interpretar, incentivar a manutenção dos espaços de participação existentes e apoiar a criação de novos, desenvolver processo pedagógico para intervir em práticas discriminatórias nas relações sociais e desvelar as determinações geradas pela expansão do capitalismo e, ainda, desvendar os processos de transformação (manutenção, fragmentação, rearranjo) dos grupos sociais.

Nas comunidades urbanas e ribeirinhas, o Grupo Inter-Ação empreende ações em prol da conquista de direitos de cidadania pelo acesso às informações qualificadas referentes à Assistência Social, Previdência Social e Saúde. A pesquisa/ extensão, além de identificar as potencialidades produtivas locais e subsidiar a construção de alternativas de manejo dos recursos locais para o fortalecimento dos grupos, investe na melhoria da qualidade de vida, pela transferência de tecnologias sociais a partir do fortalecimento da organização sociopolítica dos agentes locais. Deste modo, são priorizadas alternativas que assegurem a sustentabilidade das entidades representativas mediante o processo de instrumentalização das lideranças comunitárias. Igualmente, desenvolvem-se ações que propiciem aos agentes sociais acessarem às instituições orientando-os a realizar o controle social. Contudo, havendo demandas críticas, solicita-se a intervenção e a participação das instituições responsáveis pela viabilização de políticas públicas. Importa esclarecer que a finalidade é contribuir para que os grupos sociais acessem os serviços sociais disponíveis e não substituir as instituições do Estado em sua responsabilidade na área social.

Para exemplificar algumas experiências de extensão, inicia-se por relatar de modo sucinto sobre a elaboração de Tecnologias Sociais para o meio rural: o Centro de Referência de Atendimento Rural (CRAR). O centro serviu como experiência modelo para atendimento e prestação de serviços na área rural de acordo com as indicações da Política Nacional de Assistência Social. O CRAR

realizou ações de Educação Ambiental, Assistência Social, Previdenciária, Direito e atividades preventivas na área da Saúde do Poder Público (Secretarias Municipais e Estaduais), IES, ONGs e Instituições Privadas. Algumas foram: Arte e Cultura para a Cidadania – evento direcionado para jovens e adolescentes com produção diversificada de arte e cultura com ações afirmativas de cidadania que foram realizados em vários municípios e comunidades da região; o Dia de Inter-Ação Social – evento social no qual são desenvolvidas diversas ações afirmativas de cidadania a partir de um arranjo interinstitucional e multidisciplinar para proporcionar atendimento com bens e serviços sociais, capacitação, lazer e cultura articulando diversas instituições do poder público (secretarias municipais e estaduais), IES, ONGs e Instituições Privadas. Para que ambas as ações pudessem ser realizadas foram acionadas todas as instituições públicas e outras privadas do município de Maués para prestar serviços com atendimento padrão aos moradores das comunidades rurais. As ações, por seu caráter participativo e plural fomentaram a mobilização e a participação dos comunitários.

No município de Maués, na área piloto do Grupo Inter-Ação, até 2019, a partir da égide da extensão que uniu comunitários e pesquisadores, diversas experiências com Tecnologias Sociais foram implantadas nas comunidades para geração de renda, dentre elas destacam-se: os centros de produção de artesanaria, a Associação Arte Cabocla e o Centro Regional de Artesanaria; a Farmácia Comunitária de plantas medicinais; as hortas de plantas medicinais; os Viveiros Agroecológicos Comunitários, mantidos pelo manejo sustentável de plantas nativas em área de mata e o fornecimento de mudas de plantas para as comunidades do entorno permitindo a conservação e a disseminação de espécies nativas da fauna amazônica; a fábrica de tijolos ecológicos, uma espécie de olaria comunitária, cuja produção de tijolos não requer fonte de energia que cause degradação ambiental e provoque efluentes que afetem os ecossistemas e a biodiversidade local; a criação de abelhas sem ferrão (meliponiponi-

cultura), com uso de caixas-padrão que aumenta o número de enxames de espécies de abelhas nativas e melhora a frutificação nos quintais agroecológicos pela polinização da flora nativa e do emprego do mel, do pólen e das hortaliças na alimentação dos comunitários.

É possível afirmar que é uma tarefa de difícil envergadura fazer um balanço dos avanços até aqui alcançados com as ações de extensão universitária, pois os desafios e dilemas são gigantescos e, de fato, há muito a ser feito para vislumbrar o cenário de transformações presentes em nossas mentes. Contudo, é válido manifestar gratidão aos esforços e o mérito das incontáveis contribuições dos protagonistas, pesquisadores e comunitários, que ajudaram a resgatar o princípio das inovações e tecnologias sociais, que apesar da simplicidade representam instrumentais importantes na imensidão da hinterlândia e contribuíram de fato para o desenvolvimento social. É por este motivo que é possível afirmar com veemência que o trabalho não pode parar, pois representa um compromisso ético-político profissional.

Mediante a realidade amazônica, urge a instauração de processos que detenham a progressão das obras de devastação dos ecossistemas da região, e pratiquem a valorização dos saberes, potencialidades e habilidades das comunidades locais para gerar alternativas econômicas na região, em redes e parcerias cooperativas. Ao considerar que, a partir da transmissão intergeracional, esses povos têm urdido um conjunto de valores, práticas e características que foram e são fundamentais para manter seu *modus vivendi* sob um fluxo dinâmico que conserva, mas também incorpora novos saberes e práticas, as inovações e tecnologias sociais têm possibilitado o acesso a bens e serviços sociais para o desenvolvimento local. E, as experiências exitosas fornecem subsídios para políticas públicas ao fortalecer as lutas junto o poder público.

Dito isto, no Grupo Inter-Ação, a extensão universitária diversifica e regionaliza o campo empírico para a produção de pesquisas. De tal modo que técnicos, docentes e discentes de

Serviço Social possam expandir suas habilidades e competências teórico-práticas, metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, imprescindíveis na decodificação da realidade social e preparar e organizar as estratégias para se contrapor às expressões da questão social. Essa modalidade de extensão universitária articula de maneira indissociável a formação de profissionais com compromisso ético-político, atitude crítica-reflexiva ao oportunizar aos discentes a vivência de uma experiência profunda e singular mediada pelo compromisso da universidade com a sociedade.

A extensão assume o caráter de processo educativo dinâmico que favorece a execução do planejamento pedagógico do curso, a interação dos espaços de ensino com a vivência no contexto da realidade social. Neste fluxo, a comunidade interage com as ações de extensão como oportunidade de participação cidadã, de diálogo e reflexão coletiva para socialização de saberes de assuntos pertinentes à realidade local. Essa experiência, o volume de informações geradas, expressa a fundamental necessidade de as políticas públicas buscarem atuar em favor da cidadania das populações rurais, considerando seu *modus vivendi*, respeitando sua identidade sociocultural, seus valores éticos e conhecimentos tradicionais e, acima de tudo, na condição de cidadãos, agentes sociais de direitos e protagonistas com capacidade de atuar e gerir, coletivamente, as soluções para suas problemáticas.

Considerações finais

A relevância social do trabalho de extensão universitária desenvolvido pelo Grupo Inter-Ação revela-se no desenvolvimento de um processo que aborda e instrumentaliza os segmentos sociais envolvidos pela estruturação de práticas moldadas por meio de ações afirmativas de cidadania para a construção de alternativas viáveis e apropriadas no enfrentamento das problemáticas e demandas locais. Essas resultam na produção de novos saberes, estruturação de novas técnicas, inovações, tecnologias sociais e habilidades para as lideranças, comunitários

envolvidos. Mas, igualmente derivam na produção de subsídios qualificados para políticas públicas de desenvolvimento regional coerentes com as necessidades sociais.

A relevância técnico-científica do trabalho centra-se na articulação complexa dos saberes de base científica e popular, sob a orientação técnico-metodológica e operacional interdisciplinar, na qual se articulam um conjunto de métodos e técnicas. Enquanto isso, a metodologia norteadora das ações do programa caracteriza-se por fomentar a relação participativa e interdisciplinar entre pesquisadores e comunitários para a apreensão da realidade social e a ampliação das competências técnico-científicas dos docentes, estudantes e técnicos, contribuindo para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional.

As ações de extensão junto aos povos tradicionais e às comunidades periféricas na Amazônia buscam balizar os marcos de acessibilidade aos bens e serviços sociais, bem como as práticas institucionais de viabilização das políticas públicas, pela necessidade de ampliar os estudos sobre os referidos segmentos sociais e na construção de referenciais teóricos práticos que contribuam para subsidiar uma intervenção mais coerente em relação às necessidades e interesses desses agentes sociais.

As ações de extensão universitária desenvolvidas pelo Programa Inter-Ação nas comunidades ribeirinhas e urbanas na Amazônia possibilitaram aumento dos quadros profissionais, apoio ao avanço dos movimentos sociais e ambientalistas na região, a ampliação dos debates na própria região sobre a realidade dos povos locais, o incremento da atenção por parte das instituições extrarregionais e a realização de debates sobre a questão socioambiental como elemento catalisador da democratização das relações sociais. Portanto, a experiência de extensão universitária, além de expressar o compromisso social do Curso de Serviço Social da UFAM, instiga os *policy makers* na atuação em favor da cidadania dos amazônidas, valorizando seu *modus vivendi*, respeitando as identidades étnicas e socioculturais,

seus valores éticos e saberes tradicionais, que na condição de cidadãos(ãs), agentes de direitos e protagonistas com capacidade de atuar e gerir coletivamente as soluções para suas problemáticas, reivindicam a participação no âmbito das decisões que lhes diz respeito.

Em toda a hinterlândia regional, e nos recantos urbanos, crescem as mobilizações históricas e outras que afloram em busca de acesso a políticas públicas que atendam às necessidades históricas e emergentes. As ações públicas voltadas para um efetivo desenvolvimento regional sustentável permanece sob muitos impasses, o que desafia a todos e, principalmente, a comunidade científica de assumir um efetivo compromisso voltado para a construção de fundamentos teórico-práticos e ético-políticos compatíveis com as demandas específicas de emancipação dos povos amazônicos. O desenvolvimento com sustentabilidade na Amazônia depende muito mais de um compromisso político-institucional do que de uma visão própria dos seus problemas ambientais ou da adoção de modelos exitosos em outros contextos.

As modalidades de organização sociocultural na Amazônia, em suas singularidades, mantêm fortes interações interpessoais e de vivência coletiva comunitária, significativos laços igualitários e de interdependência e ajuda mútua, apoiadas pela gestão compartilhada dos recursos locais, cujos fundamentos socioculturais (normas e valores) são transmitidos de geração a geração. E, deste modo, possibilitam a criação de mecanismos e práticas de elaboração coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas. Observa-se que cresce o contingente de docentes e pesquisadores das IES que, impulsionadas pela busca da excelência acadêmica com compromisso social, acerbam-se das mobilizações e debates municiando-os com seus conhecimentos.

Os povos nativos e migrantes, ao longo de sua existência, desafiam os múltiplos observadores para que agucem seus olhares sobre o seu modo de vida, a relação de unidade com a natureza e as representações que delineiam sobre ela.

Outrossim, os trabalhadores urbanos e os povos das florestas, das águas e das terras conclamam à sociedade em geral para ponderar sobre os riscos crescentes e em relação ao desafio de lutarem juntos para a instituição do desenvolvimento sob novos parâmetros, que mudem os destinos de saque e destruição sociocultural e ambiental praticados na Amazônia, para que ela deixe de ser *uma terra sem lei* e que em seu devir não venha a ser *uma terra devastada*.

O que é promissor nesse debate é que a questão da extensão universitária está posta hoje e os caminhos estão abertos para que ela seja revalorizada como essencial para um projeto de universidade e sociedade de cunho emancipador. O reposicionamento dos profissionais de Serviço Social, em particular, deve avançar para além de novos arranjos didático-metodológicos, na vigilância dos fundamentos epistemológicos, no delineamento de projetos coerentes que abranjam uma nova sociabilidade política, pela experiência de diálogos interdisciplinares e interinstitucionais, vivenciando novas buscas com as mentes abertas à criatividade para superar os limites do negacionismo.

E, por fim, vale relatar que, em que pese seus limites, essa experiência representa o exercício de uma caminhada que prossegue cheia de ânimo em romper barreiras de caráter político-institucional e caminhar nas veredas das matas com o apoio de sábios e sábias, deixando nascer em nossos corações (docentes, discentes e técnicos) o sentimento e o compromisso que a força da vida pujante modela pela utopia impressa nas aspirações dos sujeitos sociais e na persistência de concretizar além do que foi proposto. Compromissos que se renovam ao vislumbrar no rosto do caboclo, indiferente do gênero, da idade e da etnia, a confiança urdida em cada ação.

Agradecimentos

Agradecimentos às agências de fomento que financiaram as ações de pesquisa e extensão: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Referências

ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 1999.

BARBOZA, F. L. G.; BARBOSA, I. F. G.; PAULA, A. B. A importância da Extensão na Formação do Assistente Social: Experiência com usuários de crack. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [S. l.], v. 5, n.1, p. 17-23, 2010.

BRASIL. *Lei N° 010172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BURSZTYN, M. *Ciência, Ética e Sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: *Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CHAVES, Ma. do P. S. R. Pobreza X Inclusão Social: dilemas e desafios político, social e ambiental. *Revista ESMAT*, Palmas, v. 10, n. 15, p. 105-129, jan./jun. 2018.

CHAVES, M. do P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *Revista Interações*, [S. l.], v. 8, p. 99-106, set. 2006.

CHAVES, M. P. S. R. *Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: O estudo de caso Assentamento de Reforma Agrária Iporá*. 2021. Tese (Doutorado em Poética Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2001.

GADOTTI, M. *Extensão Universitária: Para quê?* [S. l.]: Instituto Paulo Freire, 2017.

LIRA, T. M. *Análise das condições de acesso aos programas de assistência social pelas populações ribeirinhas de Maués/AM*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso – UFAM, Manaus, 2008.

LOUREIRO, A. J. S. *Síntese da história do Amazonas*, Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

MARX, K. *Livro I, Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Editora Vértice, 1985.

SANTANA, R. R. et al. *Extensão Universitária como prática educativa na promoção da saúde*. [S. l.]: Educ. Real, 2021.

SHIRAIISHI NETO, J. *Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais do Brasil*. Manaus: UEA, 2007.

SOUZA, M. *A Expansão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1977.

TEIXEIRA, J. B. *Serviço Social na Contradição entre Capital e Trabalho – Concepção da Dimensão Política da Prática Profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

WAGLEY, C. Antropologias do Brasil: mito, história, etnicidade. By Manuela Carneiro Cunha. *Hispanic American Historical Review*, [S. l.], v. 68, n. 3, p. 615-616, 1988.

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em Campinas, SP, Brasil; e em *Processus d'Innovation Changements Organisationnel no Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Devellopment (CIRED)*, em Paris, França. Professora Titular Aposentada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus, AM, Brasil, vinculada aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Doutorado em Biotecnologia e ao Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia-Rede BIONORTE.

Endereço para correspondência

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Rua Dona Raquel de Souza, 100
Petrópolis, 69063-590
Manaus, AM, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.